

# A REGENERAÇÃO. SALDANHA E O PRONUNCIAMENTO DE 24 DE ABRIL DE 1851

Abílio Pires Lousada

## Contexto do Pronunciamento

Permanecendo indefinido entre 7 e 24 de Abril, o pronunciamento de 1851, tentado em Lisboa, singrou a partir do levantamento militar das unidades da Divisão do Porto, validando a vontade de só homem, o marechal-duque Saldanha, que intimou os seus pares a “*acabar com o despotismo e a impedir que continuasse o «roubo e a concussão»*”<sup>1</sup>. Centrando a operacionalização do «movimento» na tropa regular e o comando das unidades em oficiais da sua confiança, a participação popular foi desaconselhada e o governo central intimado à exoneração, sob ameaça de um golpe de força sobre as forças da capital. O sucesso, praticamente isento de resistência, conduziu, pela primeira vez em mais de sete decénios, à estabilidade governativa, coerência funcional das instituições, pacificação social e desenvolvimento económico. Iniciava-se a Regeneração.

## Portugal «Constitucional-Revolucionário»

O «vintismo», que inaugurou em Portugal o Constitucionalismo (1822), substituiu o poder absoluto do rei pela divisão tripartida do poder: Executivo (Rei e Governo), Legislativo (Cortes) e Judicial (Juizes); em 1826, a Carta Constitucional «passou» o rei do poder executivo para um quarto poder moderador, que se tornou na chave do sistema político<sup>2</sup>.

Iniciava-se, assim, uma nova era para o País, que ficaria, no imediato, indelevelmente marcada por um facto: a independência do Brasil. Efectivamente, a secessão brasileira constituiu um rude golpe para Portugal: económico, pois cessavam os subsídios, maior apoio da economia nacional, numa altura em que o país ainda não se tinha recomposto da devastação causada pelas invasões francesas; político, pois no concerto das nações Portugal ficava reduzido a pouco mais que a pequenez do seu espaço continental. Realmente, restringiram-se os domínios imperiais “*a pequenos territórios dispersos pelo mundo, com ligações ténues à metrópole, boa parte deles (...) limitados a postos e enclaves no litoral*”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Fernando Pereira Marques, *Exército, Mudança e Modernização na Primeira Metade do Século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 1999.

<sup>2</sup> Guilherme d'Oliveira Martins, *Portugal Instituições e Factos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.

<sup>3</sup> Valentim Alexandre, “O Império Africano (séculos XIX-XX) – As Linhas Gerais”, in *O Império Africano séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

Dessa forma, a situação calamitosa da economia agravou-se, apesar de a dívida pública ter sido assumida pelo Brasil, como preço pelo reconhecimento da sua independência em 1825<sup>4</sup>.

Com efeito, a longa permanência da corte no Brasil permitiu ao território um desenvolvimento económico consolidado e uma proeminência político-social sustentada, em claro contraste com Portugal, fazendo do Rio de Janeiro, na prática, a capital do reino, uma evidência que “*exprimia um momento de crise profunda do papel de Portugal na Europa, enquanto espaço político-histórico independente e soberano*”<sup>5</sup>. Consequentemente, na metrópole, os residentes sentiam-se como súbditos de um espaço territorial cujo centro não estava situado na «terra-mãe». O resultado foi o evoluir de um antagonismo que opôs “*o velho Reino contra o Reino Unido*”<sup>6</sup>.

Por isso, D. João VI foi instado a regressar a Portugal, o que implicou um corte entre os dois territórios, pois as Cortes rejeitaram as propostas dos representantes brasileiros em manter os dois reinos unidos com uma dignidade equitativa<sup>7</sup>. A irredutibilidade portuguesa levou ao famoso grito do Ipiranga “*Independência ou morte*” do príncipe D. Pedro, que deu voz às ideias separatistas que campeavam nos meios intelectuais e comerciais brasileiros. Precursor dos movimentos secessionistas antiespanhóis na América do Sul, o Brasil assumiu-se como um império constitucional autónomo, “*governado por um ramo latino-americano da Casa Real de Bragança*”<sup>8</sup>.

Impunha-se, pois, «transferir» a dignidade imperial para outro espaço, e esse só podia ser África. Porém, até 1836, altura em que se decide o esforço no continente negro, Portugal entrou num período de reflexão, entrecortado pela «turbulência» armada entre as facções internas com projectos nacionais opostos. Portanto, quando Sá Nogueira previu que África, a breve trecho, desempenharia um importante papel político na relação entre os Estados da Europa, “*pela sua situação geográfica e pelas suas riquezas naturais*”, a suserania política e as vantagens económicas para Portugal eram ténues, onde os poderes locais dominavam<sup>9</sup>. O projecto só foi retomado na década de 1850, pelo próprio Bernardo Sá Nogueira<sup>10</sup>, e

---

<sup>4</sup> Eugénio Mata e Nuno Valério, *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global*, Lisboa, Editorial Presença, 2.<sup>a</sup> Edição, 2003.

<sup>5</sup> Paulo Frederico Ferreira Gonçalves, “Contributos para uma Referenciação Histórica do Conceito Estratégico de Defesa Nacional”, in *Revista Militar*, Novembro de 2003.

<sup>6</sup> José Adelino Maltez, *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, Vol. I, Lisboa, Tribuna, 2004.

<sup>7</sup> C. R. Boxer, *O Império Marítimo Português. 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1992.

<sup>8</sup> David Birmingham, *História de Portugal. Uma Perspectiva Mundial*, Lisboa, Terramar, 1998.

<sup>9</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. IX, Lisboa, Editorial Verbo, 1989.

<sup>10</sup> Então com o título de Marquês Sá da Bandeira e na qualidade de Presidente do Conselho Ultramarino.

implementado nos anos 70, por Fontes Pereira de Melo, altura em que a identidade nacional e imperial portuguesa procurou ganhar um novo fôlego.

De 1821 a 1851, a conjuntura política e militar da Monarquia Constitucional «resumiu-se» a uma série interminável de governos, revoluções, insurreições, golpes e contragolpes, que opôs absolutistas contra liberais, cartistas contra vintistas, reformadores contra estaticistas, onde o Exército se tornou um instrumento ao serviço da digladição política, assumindo um protagonismo charneira e indutor dos acontecimentos. Acompanhando a conjuntura, podemos dividir o período em questão em duas fases: de 1821 a 1834, em que o poder é disputado, ideológica e militarmente, no seio dos Bragança e o Exército oscila entre a legitimidade do trono e da Constituição; de 1834 a 1851, que centraliza os antagonismos de poder entre o liberalismo vintista e o cartista e o Exército, trave-mestra do sistema, procurou um rumo para a nação, balanceando entre a unidade e cisão institucional.

Ainda em 1821, a implantação do Liberalismo destruiu a organização militar tradicional do reino, assente na típica divisão em três tipos de tropas: Exército de Linha, as Milícias e as Ordenanças. De facto, os liberais procuraram restringir a influência do Exército na vida pública, com a extinção do «Exército de Beresford». Assim, foi reduzido de 57.229 para 29.645 homens<sup>11</sup>, enquanto a Constituição de 1822 acabou com o secular sistema das Ordenanças, que foram substituídas por batalhões de Guarda Nacional, a nova reserva territorial<sup>12</sup>. O Constitucionalismo procurava um novo rumo político ao arrepio da velha Ordem.

Mas, o regresso de D. João VI a Portugal, em 1821, que jurou a Constituição liberal, e a proclamação de D. Pedro como Imperador do Brasil, em 1822, abrem uma terceira via assente no infante D. Miguel e na rainha D. Carlota Joaquina, que intentam o regresso político ao Portugal pré-1820. Contudo, até à morte de D. João VI (1826) e apesar das movimentações militares do infante (Vilafrancada, em 1823, e Abrilada, em 1824) jamais a legitimidade deixou de ser reconhecida ao monarca, particularmente pelo Exército.

A partir de 1826, o reino mergulha num conflito entre os irmãos D. Pedro e D. Miguel, depositários da esperança liberal e do *status* absolutista, respectivamente, perante quem a legitimidade do poder é de difícil identificação. E isso porque D. Pedro reclama, a partir do Brasil, o trono de Portugal, apoiado na «carta de sucessão» de 1825, que o designava herdeiro; mas “*a tradição (...) proibia que um príncipe estrangeiro* [e D. Pedro era-o, desde

---

<sup>11</sup> Fernando Pereira Marques, ob. cit.

<sup>12</sup> António Silva Ribeiro, *Organização Superior de Defesa Nacional. Uma Visão Estratégica (1640-2002)*, Lisboa, Prefácio, 2004.

que cingira o ceptro imperial no Brasil] *ascendesse a rei*”<sup>13</sup>. Como Portugal não se mostrou disponível para uma descontínua monarquia dual e a Grã-Bretanha não aceitava a união Portugal-Brasil, D. Pedro, procurando conciliar absolutistas e liberais, outorgou a Carta Constitucional de 1826 e abdicou do trono a favor da filha Maria da Glória, com quem D. Miguel, como regente, devia casar. Na verdade, enquanto a Constituição de 1822 foi uma “*fonte de desentendimento entre os portugueses*”, ferindo susceptibilidades político-sociais devido ao seu radicalismo liberal, a Carta Constitucional de 1826 “*desagradou a gregos e a troianos*”, porque demasiado absoluta para os vintistas e excessivamente liberal para os conservadores<sup>14</sup>. No fundo, os primeiros entendiam a Constituição de 1822 como emanada pela nação, por contraponto à Carta, vista como a Constituição do rei.

Mas os acontecimentos precipitaram-se. D. Miguel, quebrando os juramentos, anulou a Carta, não casou com a sobrinha e assumiu-se como rei absoluto, em 1828. Entretanto, eclode uma revolta liberal no Porto, onde aporta um navio com exilados liberais que chegam da Inglaterra. Com a Belfastada, a nova e a velha ordem entram em confronto, pois o Exército, dividido entre legalidade dinástica do imperador e do infante, cindiu-se; iniciava-se a guerra civil. Porém, os miguelistas impõem-se e os liberais revoltados no Porto exilam-se na Galiza, enquanto alguns militares do 24 de Agosto de 1820 e os partidários da Carta são afastados. “*Da parte que ficou, devidamente purgada e reorganizada, nasceu o novo exército absolutista. Da parte que emigrou, iria surgir o (...) exército libertador*”<sup>15</sup>.

A decisão quanto à legitimidade passou a estar, em definitivo, na ponta das baionetas. Legitimidade e forte apoio político-institucional e social que D. Miguel desbaratou miseravelmente.

Finda a Guerra Civil (Convenção de Évora-Monte, 1834), com a vitória dos partidários de D. Pedro, comandados pelos futuros duques da Terceira e Saldanha, Portugal tinha abertas as portas do futuro, que adiou; ao confronto entre absolutistas e liberais sucederam-se as lutas entre o liberalismo conservador e revisionista<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> Vasco Pulido Valente, *Os Militares e a Política (1820-1856)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

<sup>14</sup> António Ventura, *Guerras Liberais. Vilafrancada, Abrilada e Cerco do Porto. 1820-1834*, Lisboa, QuidNovi, 2006.

<sup>15</sup> Vasco Pulido Valente, ob. cit.

<sup>16</sup> Em 22 de Abril de 1834, teve lugar a assinatura da Quádrupla Aliança, projectada pela Grã-Bretanha e pela França e envolvendo Portugal e a Espanha, com o objectivo de incentivar os países peninsulares a cessarem as guerras civis e a exilarem os mentores do Absolutismo nesses países, D. Miguel, no caso português, e D. Carlos, no espanhol, que se encontrava em Portugal. Na verdade, desde a morte de D. João IV Portugal tornou-se um espaço de ingerência para as potências europeias, que perdurou até à segunda metade da centúria de oitocentos: Adelino Maltez, ob. cit.

Paralelamente, se por um lado, o Exército regular foi reforçado, por oposição “*ao fraccionamento militarizado da sociedade à proliferação de corpos milicianos*”<sup>17</sup>, assistindo-se à partidarização das chefias, por outro lado, a Guarda Nacional foi dignificada, “*como contraponto à influência do exército*”<sup>18</sup>.

Logo a seguir ao conflito, o regime liberal procurou reorganizar o Exército mediante um ajustamento conforme ao período de paz, havendo “*o desejo de valorizar as terras com guarnições*”<sup>19</sup>. Assim, com a extinção de unidades miguelistas, a deslocalização de outras e o regresso à identificação numerária dos Regimentos<sup>20</sup>, o conde de S. Lourenço recuperou, em Julho de 1834, a organização militar de Beresford de 1816, embora com efectivos mais reduzidos. De facto, de seis divisões e cerca de 57.000 soldados do Exército de Linha passou-se para quatro divisões, constituídas por 12 Regimentos de Infantaria, 6 de Cavalaria e 2 de Artilharia. Uma das medidas inovadoras foi a criação dos Estado-Maior, um em cada Regimento de Infantaria e de Cavalaria, e um na Arma de Artilharia, de Engenharia e na Intendência<sup>21</sup>.

No restante, o conceito obedece aos mesmos critérios, o Exército Activo constitui a primeira linha, enquanto a segunda linha, destinada a reforçar a primeira, é garantida pela Guarda Nacional, tarefa que em 1816 competia aos corpos de milícias<sup>22</sup>. Ao manter e aprofundar a semiprofissionalização, onde a maioria dos cidadãos passaria a prestar serviço, o Exército tornou-se, consequentemente, numa instituição de cariz nacional<sup>23</sup>.

Sendo certo que até 1851 a reorganização militar esteve na ordem do dia, ela foi sinuosa e as disposições legais ficaram amiúde no papel, em virtude do tropel de acontecimentos que se seguiram. Efectivamente, em Setembro de 1836 ocorreu no Porto uma revolta popular, patrocinada pela burguesia comercial e industrial e os membros das profissões liberais, que abrangeu Lisboa e obrigou a rainha D. Maria II a repor a Constituição de 1822 e a empossar o governo liberal Setembrista de Passos Manuel, em substituição do então marechal Saldanha<sup>24</sup>.

---

<sup>17</sup> Fernando Pereira Marques, ob. cit.

<sup>18</sup> Vasco Pulido Valente, ob. cit.

<sup>19</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, História de Portugal, Vol. VIII, Lisboa, Editorial Verbo, 1985.

Uma das características marcantes dos anos subsequentes a 1934 foi a frequente alteração da localização das unidades do Exército de Linha.

<sup>20</sup> Em 1929, D. Miguel tinha imposto a identificação das unidades pelo nome das localidades onde se sediavam.

<sup>21</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, História de Portugal, Vol. VIII, ob. cit.

<sup>22</sup> Fernando Pereira Marques, ob. cit.

<sup>23</sup> António Silva Ribeiro, ob. cit.

<sup>24</sup> José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal*, 8.<sup>a</sup> Edição, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1998. Nesse mesmo ano, em Agosto, em Espanha havia estalado o Motim das Granjas, uma insurreição armada de sargentos que exigiu a reposição da Constituição Liberal de 1812.

Governo que, apoiado no povo, na Guarda Municipal e no sabre de Bernardo de Sá Nogueira, debelou, em Novembro desse ano, a revolta de Belém («Belenzada») patrocinada pela rainha, a ingerência do rei Leopoldo da Bélgica e os apoios diplomáticos da França e da Inglaterra, que intentaram restaurar a Carta. O mesmo aconteceu no ano seguinte, com a «Revolta dos Marechais» (Saldanha e Terceira). Ou seja, o «vintismo» extremado impunha-se ao conservadorismo da Carta.

Em 1836-1837, os «setembristas», pela mão de Sá da Bandeira, modificam a estrutura de funcionamento do Exército, destacando-se a extinção do cargo de governador de armas provincial, substituído pelo de comandante de divisão, a criação de dez divisões e a escolha dos oficiais para o serviço de estado-maior baseado na frequência pelos candidatos de um curso específico na Escola do Exército, abandonando-se a subjectividade dos conhecimentos militares dos candidatos. A Infantaria passou a contar com vinte batalhões de linha e dez de caçadores, a Cavalaria com oito regimentos, dos quais quatro eram de lanceiros, quatro regimentos de caçadores a cavalo e três esquadrões e a Artilharia com quatro regimentos, com efectivos na ordem dos 21.560 para a Infantaria e 3.680 para a Cavalaria<sup>25</sup>.

Mas, como a rotatividade do exercício do poder nesta época revolucionária é um dado violentamente recorrente<sup>26</sup>, em 1842 Costa Cabral apeia os «setembristas» do poder através de um golpe constitucional conservador apoiado pela hierarquia do Exército, trazendo a Carta de novo à liça. Visando a implementação da autoridade do Estado, através da centralização do poder, e a reforma da Administração Pública, Costa Cabral acicatou os ódios municipais, catalisadores de revoltas populares no Norte do país, em 1846<sup>27</sup>, que conduziu a nova guerra civil e à fuga de Costa Cabral para Inglaterra.

Guerra civil que opôs a Junta do Norte, chefiada politicamente pelo general-conde das Antas e militarmente por Sá da Bandeira, ao Exército do governo de Lisboa, comandado por Saldanha, assumindo ambos o objectivo neurótico de lutar pela rainha: o primeiro para a libertar, o segundo para a sustentar<sup>28</sup>.

---

<sup>25</sup> António Silva Ribeiro, ob. cit.; José Manuel dos Santos Dias de Carvalho, *Síntese da Evolução Tática, Técnica e Organizativa do Exército Português de 1109 a 1993*, Lisboa, Direcção de Documentação e História Militar, 1993.

<sup>26</sup> Nessa altura, o embaixador da Prússia em Portugal, Conde Athanasius Raczynski, anotava no seu diário “«(...) reina a maior confusão [em Lisboa], nada é permanente, a cada momento há transformações e a cada transformação o país afunda-se mais sob o ponto de vista moral e material (...)»”: Victor Mendanha, *História Misteriosa de Portugal*, 2.ª Edição, Lisboa, Pergaminho, 1995.

<sup>27</sup> Medidas anticlericais, a negação de funerais no adro das igrejas (Lei da Saúde) e o agravamento da carga tributária (Contribuição Predial) estiveram na base dos ódios populares e na revolta da «Maria da Fonte».

<sup>28</sup> José Hermano Saraiva, ob. cit.

A Guerra da Patuleia, nome por que passou à história<sup>29</sup>, tornou-se anárquica, guerrilheira e fratricida, originando combates de norte a sul do País e milhares de mortes, constituindo a Estremadura o principal palco dos principais confrontos. Perante o equilíbrio das forças e a irredutibilidade dos beligerantes em negociar um acordo, os acontecimentos em Portugal alarmaram a Europa. Assim, ao abrigo da Quádrupla Aliança e em resposta a um pedido de auxílio de Saldanha<sup>30</sup>, enquanto uma armada britânica exerceu o controlo das águas territoriais do norte do País, um exército espanhol entrou no Porto, obrigando a Junta a depor as armas e a assinar a Convenção de Gramido, em 24 de Junho de 1847, a troco de uma amnistia geral.

Em 1849 teve lugar uma nova reforma militar, de onde emerge uma estratificação territorial assente em três divisões, a primeira com sede em Lisboa, a segunda em Évora e a terceira no Porto, para além dos comandos militares da Madeira e dos Açores que, no total, em tempo de paz, compreendia 29.000 homens, 3.312 cavalos e 24 peças de artilharia, prevendo, em tempo de guerra, 58.000 homens, 5.700 solípedes e 72 peças de artilharia<sup>31</sup>. Mas, a partir de 1847 e até ao pronunciamento de 1851, Portugal viveu uma paz podre, derivada da paralisação económica, da agitação social e da adversidade política, oscilando o poder entre dois conservadores cartistas que de aliados passaram a adversários, o marechal Saldanha, que governou até 1849, e Costa Cabral, entretanto regressado de Inglaterra, que conduziu os destinos nacionais até 1851.

A partir desta data, Portugal iniciava, finalmente, uma nova era, encerrando o período das sangrentas guerras caseiras mediante a conciliação das ideologias de sinais contrários<sup>32</sup>.

### **Paz Podre e Movimentos Conspiratórios**

O «cartismo», saído vencedor dos confrontos de 1846-47, conheceu um rude abalo quando, a 18 de Junho de 1849, o governo de Saldanha foi demitido e substituído pelo de Costa Cabral. Desta forma, o marechal, que no comando das tropas da rainha venceu a Patuleia e defendeu a posição política de Costa Cabral, foi afastado do governo por aquela em substituição deste, uma tentativa de união da «família» cartista que redundou, contudo, na sua

---

<sup>29</sup> Patuleia é, segundo José Hermano Saraiva (ob. cit), um termo espanhol que designa tropa fandanga, indisciplinada; opiniões mais generalizadas desdobram o termo e dão-lhe uma conotação popular – «pata ao léu».

<sup>30</sup> O «fantasma» miguelista ainda existia nesta altura e Saldanha usou-o para o pedido de auxílio estrangeiro. A este respeito, José Brissos identificou 126 revoltas miguelistas, entre 1846 e 1847: Adelino Maltez, ob. cit.

<sup>31</sup> José Lopes Alves, “Evocação Reflexiva da Contribuição dos Militares na Regeneração (1851-1910)”, in Revista Militar, Lisboa, Novembro de 2004.

<sup>32</sup> Adelino Maltez, ob. cit.

cisão<sup>33</sup>. O ânimo do marechal agudizou-se, posteriormente, com a sua demissão do cargo de mordomo-mor da rainha, acusado de pactuar com os «setembristas» nos ataques à política do governo de Costa Cabral.

A intenção de Costa Cabral era clara, desacreditar politicamente Saldanha, de forma a exercer o poder sem a sua «sombra», para desenvolver um programa político de centralização da autoridade do Estado e de desenvolvimento social, com o beneplácito da soberana.

E assim, crente na solidez da conjuntura política, onde se conjugava o apoio inequívoco de D. Maria II, a percepção da fidelidade do Exército, que não se moveu quando Saldanha foi apeado do poder, e contando com o apoio aparente do duque da Terceira, comandante da 1.<sup>a</sup> Divisão, Cabral recuperou a política autoritária e reformista que tinha conduzido à revolta de Maria da Fonte e à Guerra da Patuleia. Contudo, ignorou a perseverança e a influência de Saldanha e não atendeu aos «ventos» políticos que sopravam na Europa, que depois da anulação das Revoluções de 1848 assumiu uma ideologia contrária a radicalismos políticos<sup>34</sup>.

Ostracizar Saldanha equivalia a empurrá-lo para o «terreno» onde melhor se movia, a conspiração e a acção militar. Figura carismática e, de certo modo, tutelar do regime liberal, Saldanha depressa se conluiou com os derrotados de 1847 nos ataques ao governo. Situação paradoxal, pois os «setembristas» radicais, vencidos militarmente pelo marechal, viam nele o homem capaz de mobilizar os quartéis, uma vez que generais da sua ideologia política como Sá Nogueira, o conde das Antas, José Passos ou o conde de Bonfim estavam desacreditados.

Acabará por ser em Alexandre Herculano que o marechal se apoiará ideologicamente para preparar uma acção de força contra o governo, na anuência tácita do rei-consorte D. Fernando II e na complacência militar do comandante da divisão militar da capital, o duque da Terceira. Trata-se de um conluio que pode, à primeira vista, causar estranheza face às personalidades envolvidas. Contudo, foi Saldanha, militar vitorioso de duas guerras civis, quem instruiu D. Fernando nas lides militares e no conhecimento da História de Portugal quando este chegou a Portugal, em 1836, para casar com D. Maria II, criando-se, desde então, uma empatia entre os dois; quanto a Herculano, bibliotecário pessoal de D. Fernando,

---

<sup>33</sup> António Pedro Ribeiro dos Santos, *A Imagem do Poder no Constitucionalismo Português*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1990.

<sup>34</sup> Vasco Pulido Valente, ob. cit.

Nesse ano, em França (Fevereiro) foi proclamada a República; na Áustria (Março), uma sucessão de revoltas liberais conduziram ao exílio do Príncipe de Metternich, primeiro, e ao fim do conservadorismo autoritário da Monarquia de Frederico I; a Alemanha (Março) foi sacudida por uma revolução nacionalista e demo-liberal; na República Checa (Junho), ocorreu um levantamento nacionalista e liberal; em Itália (Novembro), depois de uma insurreição popular, Mazzini proclamou a República. Ou seja, a Europa saída da Revolução francesa exorcizava fantasmas absolutistas passados e intentava uma ponte de liberalização social para o futuro.



instalado nos acervos documentais do Palácio da Ajuda, opositor do «setembrismo» e dos métodos governativos de Costa Cabral, embora não lhe desagradassem os objectivos perseguidos, via em Saldanha o homem ideal para impor a regeneração da vida nacional. Relativamente ao duque da Terceira, que ombreava com Saldanha em prestígio militar, era por demais evidente a ligação entre ambos, desde os tempos da guerra contra os partidários de D. Miguel.

Em 1850, Costa Cabral surgia, assim, como o adversário unificador dos desígnios destes quatro homens.

Assim, na proporção directa da crescente impopularidade de Costa Cabral conspirava Saldanha, feita “*à luz do dia*” a partir do início de 1851<sup>35</sup>, perturbando a «pacatez» da hierarquia militar e agravando a aceitabilidade da prática governativa. Disso deu conta, através de frequentes relatórios, o marquês de Fronteira, comandante dos Corpos Nacionais de Polícia que, segundo o próprio, colhiam credibilidade e preocupação junto da rainha e de Costa Cabral, ao contrário do duque da Terceira e de D. Fernando, que os achavam “*demasiado exaltados e a polícia facciosa*”<sup>36</sup>.

Não obstante, Saldanha, determinado em derrubar o governo e em “*libertar a Pátria*”, iniciou contactos e movimentos a 7 de Abril de 1851<sup>37</sup>. Para o efeito, pensou em actuar directamente na área de influência do regime, Lisboa, apoiado pelo Regimento de Infantaria 7, de Mafra, e as unidades de Caçadores 1, de Setúbal, e 5, de Leiria. Esta intenção não escapou ao sistema de informações do marquês de Fronteira, que no dia anterior recebeu um relatório verbal indicando que:

*“Em vinte e quatro horas temos a revolução na rua; o Duque sahe amanhã para Cintra, pelas 7 horas da manhã, só acompanhado dum criado. Ximenes e os filhos do Fonte Nova e outros officiaes devem, ao mesmo tempo, seguir a estrada de Mafra. Mafra é o ponto de reunião; o Regimento 7 deve revolucionar-se e seguir o Marechal para o norte a reunir-se em Leiria com o batalhão de Caçadores 5 comandado por Cabreira; Joaquim Bento deve revolucionar-se em Setúbal e passar o Tejo, onde poder, para se reunir com o Marechal”*<sup>38</sup>.

---

<sup>35</sup> Vasco Pulido Valente, ob. cit.

<sup>36</sup> Marquês de Fronteira e D’ Alorna, *Memórias*, Vol. VII-VIII, Coimbra, Imprensa Universitária, 1930.

<sup>37</sup> Fernando Pereira Marques, ob. cit.

<sup>38</sup> Marquês de Fronteira e D’ Alorna, ob. cit.

Face a isto, Costa Cabral decidiu canalizar para a Estremadura forças militares da capital e do Alentejo, sob o comando de D. Fernando, comandante do Exército, que tinha no duque da Terceira o seu chefe de Estado-Maior (o visconde de Ovar assumiu, entretanto, o comando da 1.<sup>a</sup> Divisão), incumbindo os Corpos Nacionais de Polícia e a Guarda Municipal de Lisboa (comandada pelo irmão do marquês da Fronteira) de controlarem os centros nevralgicos de Lisboa<sup>39</sup>.

Em 9 de Abril, D. Fernando posicionou as tropas na região de Santarém, instalando aí o quartel-general.

Assim, enquanto o governo procurava barrar o acesso a Lisboa e anular na cidade as movimentações dos pronunciados, Saldanha desenvolvia esforços de aliciamento junto das unidades referidas, onde as perspectivas mais optimistas foram defraudadas. Efectivamente, o Destacamento de Infantaria 7, de Sintra, recusou acompanhá-lo, devido à oposição do alferes responsável pelo comando, “*perturbando os planos e os cálculos do Marechal*”<sup>40</sup>, o mesmo acontecendo em Mafra, onde os oficiais do Regimento de Infantaria 7 simplesmente se recusaram a segui-lo. Consequentemente, atacar militarmente o regime com forças da guarnição de Lisboa passou a estar fora de questão. Saldanha retrocedeu, então, para Leiria, onde Caçadores 5 o apoiou, o mesmo acontecendo com os Caçadores de Setúbal, juntando-se-lhe dois batalhões na cidade do Lis.

Com as tropas do governo posicionadas na região de Santarém, Saldanha necessitava de engrossar o seu contingente para forçar a passagem para Lisboa, razão pela qual se dirigiu, no dia 13, para Coimbra, onde o esperava a decepção de uma recepção militar fria<sup>41</sup>, em contraste com a aclamação dos cidadãos, milícias e corpo académico, que não aproveitou, devido à firme determinação em manter a movimentação na esfera militar. O receio de não motivar o Exército se agitasse o elemento popular falava mais alto<sup>42</sup>. No dia seguinte foi para Viseu, onde não conseguiu mobilizar o Regimento de Infantaria 14. Defraudado, deixou as forças que o seguiam na região serrana da Estrela e tentou a sorte na Guarnição Militar do Porto onde, à excepção dos sargentos, os apoios se revelaram temerosos.

Ao não conseguir o levantamento das unidades da 3.<sup>a</sup> Divisão, para Saldanha ficou clara a inviabilidade de continuar com o pronunciamento, do mesmo modo que o abandono a que se viu votado significava uma debilidade que o expunha ao aprisionamento, pretendido por

---

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> Fernando Pereira Marques, ob. cit.

<sup>41</sup> Damião Peres, *História de Portugal*, Vol. VII, Barcelos, Edição Monumental da Portucalense Editora, 1930.

<sup>42</sup> Vasco Pulido Valente, ob. cit.

Costa Cabral. Por isso, retirou para a Galiza e instalou-se em Lóbios. Daí manteve o contacto com os seus apoiantes do Porto e exortou o duque da Terceira a apelar Costa Cabral do poder, “*para evitar uma segunda Patuleia*”<sup>43</sup>.

### O Sucesso do Pronunciamento

Entretanto, quando o fracasso parecia evidente, os acontecimentos precipitaram-se no Porto, a 24 de Abril. De facto, enquanto Saldanha permanece no outro lado da fronteira, os seus «homens-de-mão» na «Cidade Invicta» estão activos, onde se destacam o major Miguel Ximenez, o capitão Vitorino Damásio e o tenente Salvador da França que, apoiados nos sargentos, revoltam a guarnição. Num ápice, os Regimentos de Infantaria 2 e 6 e Caçadores 2 «levantam» armas por Saldanha<sup>44</sup>, amotinando a guarnição e causando a primeira vítima, o coronel Cardoso, comandante do Regimento de Infantaria 2, que ousou opor-se.

Informado do curso dos acontecimentos, a 27 de Abril Saldanha dirigiu-se para Braga, depois de saber que aí era apoiado pelo Regimento de Infantaria 8<sup>45</sup>. Nesse mesmo dia, juntou esse contingente às forças portuenses e no seguinte proclamou o início da regeneração do país, no Teatro de São João. De seguida, através de circular enviada aos governadores civis, declarou que:

“O fim do «grito nacional» era a reforma da Carta e a queda do Ministério de Costa Cabral”<sup>46</sup>.

Em Lisboa, o Governo percebeu a gravidade da situação. De certa forma, revivescia-se o pronunciamento de 24 de Agosto de 1820, ou seja, o Porto levantava-se em armas contra o governo da capital. A reacção foi, igualmente, de “*decisões enérgicas mas execuções frouxas*”<sup>47</sup>. Na realidade, se “*a fuga de Saldanha para a Galiza dera a Costa Cabral a convicção da vitória; a sublevação da guarnição do Porto, a certeza da derrota*”<sup>48</sup>. A (in)disponibilidade «guerreira» das forças do regime vincariam esta constatação.

Enquanto o Porto era uma causa perdida, principalmente depois de o general-conde da Torre tentar, sem sucesso, repor a ordem nos quartéis de Santo Ovídeo, a partir da Torre da

---

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Fernando Pereira Marques, ob. cit.

<sup>46</sup> Damião Peres, ob. cit.

<sup>47</sup> José Hermano Saraiva, ob. cit.

<sup>48</sup> Damião Peres, ob. cit.

Marca com efectivos de Cavalaria e Infantaria <sup>649</sup>, em Viseu, o comandante da 2.<sup>a</sup> Divisão, general-conde de Santa Maria, um cabralista fiel, absteve-se de tecer armas contra Saldanha, dado o diferencial do potencial de combate<sup>50</sup>. Por sua vez, D. Fernando, que com o duque da Terceira se encontrava em Coimbra aquando dos acontecimentos do Porto, à frente de cerca de 2.500 homens<sup>51</sup>, demitiu-se da defesa da causa governamental e da própria rainha, enveredando por uma estranha postura conciliatória.

Se, como comandante-chefe do Exército, D. Fernando tinha de agir contra o pronunciamento e “(...) *como Rei-Regente não podia permitir um levantamento contra o Governo*”, concordava, contudo, “(...) *com a atitude do seu Marechal*. [pelo que o confronto] (...) *seria a nova guerra civil. Seria o Porto contra Lisboa. (...) Não assumir a chefia militar, por outro lado, seria uma traição ao Governo e, indirectamente, à sua própria mulher*”<sup>52</sup>. As relações de amizade com o marechal-duque do reino e a antipatia sentida pelo chefe do governo acabaram por falar mais alto.

A 29 de Abril viveu-se, assim, o momento decisivo do pronunciamento. As forças a norte do Mondego eram saldanhistas, as da capital, Alentejo e Algarve mantinham a fidelidade governamental; logo, um confronto em Coimbra poderia decidir a situação<sup>53</sup>. Mas na cidade do Mondego a palavra de ordem era a demissão de Costa Cabral. Enquanto isso, na «hoste» de D. Fernando reinava a indecisão e a indisponibilidade para abrii fogo sobre o adversário e com alguns dos comandos militares e muitos soldados a desertaram para as linhas dos pronunciados<sup>54</sup>.

A despeito de alguns oficiais procurarem instigar D. Fernando a combater as forças de Saldanha, como foi o caso do coronel Taborda, do general Campanha e, principalmente, do general Marcelly, a verdade é que imperava a falta de entusiasmo<sup>55</sup>, pelo que “*ninguém se inclinou para a violência e as medidas drásticas do uso*”<sup>56</sup>. Consequentemente, D. Fernando, impotente militarmente e consciente da irrelevância de uma resistência armada, decidiu

---

<sup>49</sup> Marquês de Fronteira e D' Alorna, ob. cit.

<sup>50</sup> Fernando Pereira Marques, ob. cit.

<sup>51</sup> Vasco Pulido Valente, ob. cit.

<sup>52</sup>, Rainer Daehnhardt, *Páginas Secretas da História de Portugal*, 2.<sup>a</sup> Edição, Porto, Edições Nova Acrópole, 1995.

<sup>53</sup> Marquês de Fronteira e D' Alorna, ob. cit.

<sup>54</sup> Desamparado por parte do seu contingente, insultado em Coimbra pela população e sem vontade de combater Saldanha, infere-se que o próprio D. Fernando terá motivado os seus homens a evitar-se um escusado derramamento de sangue, tanto mais que aquilo que estava em causa era, «simplesmente», a demissão de Costa Cabral: Rainer Daehnhardt, ob. cit.; Marquês de Fronteira e D' Alorna, ob. cit.; José Hermano Saraiva, ob. cit.

<sup>55</sup> Marquês de Fronteira e D' Alorna, ob. cit.

<sup>56</sup> Vasco Pulido Valente, ob. cit.

resolver politicamente o conflito, escrevendo à rainha para que substituísse Costa Cabral por Saldanha na chefia do Governo<sup>57</sup>. Posto isto, “*Regressou a Lisboa, tristemente, com um pequeno grupo de soldados que o não quiseram abandonar. O resto das tropas havia fugido para o Porto. A Rainha viu-se obrigada a ceder (...)*”<sup>58</sup>.

Entretanto, consciente do desenlace da contenda, Costa Cabral fechou as Câmaras e assumiu, “*como se nada se tivesse passado, a embaixada de Madrid*”<sup>59</sup>. Por sua vez, D. Maria II, resignada, escreveu ao marechal-duque dizendo:

“*«Faço justiça aos sentimentos do Marechal Saldanha quando acredito que ele não é capaz de querer abusar da situação em que se acha. Tenho fé na sua honra e no seu pundonor de militar e de cavalheiro; e entrego confiadamente ao amigo e ao general de meu Pai o futuro deste País e da Coroa. Peço-lhe que venha imediatamente para Lisboa (...). Está na sua mão impedir que os inimigos da Monarquia não contem por seu triunfo o que só deve ser a vitória da razão e da moralidade»*”<sup>60</sup>.

Senhor do poder, Saldanha encenou a vitória e a entrada em Lisboa, que só aconteceu a 15 de Maio. Entretanto, a 1 de Maio era nomeado presidente do conselho e ministro do reino, a 6 foi reintegrado no posto de mordomo-mor e a 7 substituiu D. Fernando no cargo de comandante-chefe do Exército. Só então, a 14 de Maio, depois de a força armada que o apoiara ter entrado em Lisboa e de as forças da capital clamaram efusivamente o seu triunfo, embarcou no Porto e, no dia seguinte, entrou na barra do Tejo. À sua espera estava “*a população [que] ocupou as ruas, houve desfile militar, lançamento de flores e fogos de artifício, entre outras manifestações de boas vindas*”<sup>61</sup>.

## **A Regeneração**

A 17 de Maio foi finalmente empossado como presidente do Ministério, não fazendo tábua rasa das promessas de dignificação do Exército, ostracizado e manipulado desde o fim da «guerra entre Irmãos», nem ignorando as angústias da monarca.

---

<sup>57</sup> D. Fernando ainda pensou numa resolução intermédia, colocando o duque da Terceira na chefia do Executivo, que, no entanto, não aceitou.

<sup>58</sup> Rainer Daehnhardt, ob. cit.

<sup>59</sup> Damião Peres, ob. cit.

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> Fernando Pereira Marques, ob. cit.

De facto, no campo militar, da mesma forma que não envolvera no pronunciamento as milícias e as guerrilhas radicais, evitando a anarquia nacional e a «subversão» castrense, promoveu, em conformidade com critérios de antiguidade reclamados, “*todos os oficiais «cartistas», «setembristas» ou «miguelistas» ao posto que lhes cabia*”<sup>62</sup>. Relativamente à esfera política, a monarquia e o trono de D. Maria II permaneceram incólumes, estancou as guerrilhas institucionais e ideológicas e absorveu da política de Costa Cabral, temperada à sua maneira, as linhas de acção para a transformação do país. Realmente, como refere Veríssimo Serrão “*o cabralismo, na sua desajeitada ânsia de promoção da riqueza dos «barões», pelo tentame da criação de um mercado nacional (estradas, projectos de caminhos-de-ferro), anuncia a Regeneração, assim como esta poderá ser considerada como um cabralismo sem Costa Cabral (...)*”<sup>63</sup>.

No fundo, inaugurava-se um «cabralismo», na base dos seus princípios e objectivos, com os métodos de Fontes Pereira de Melo. Isto, a despeito de na ordem que se seguiu, os generais manterem a tutela do regime até 1856, altura em que o governo do duque de Loulé os «empurrou» para a esfera castrense e a prática do confronto tribunício<sup>64</sup>.

---

<sup>62</sup> Vasco Pulido Valente, ob. cit.

<sup>63</sup>, Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. IX, Lisboa, Editorial Verbo, 1989.

<sup>64</sup> É neste contexto que o Rotativismo se impõe como prática político-partidária, com o Partido Regenerador, dirigido por Saldanha, a aglutinar a generalidade dos cartistas, e o Partido Progressista Histórico, organizado sob a égide do duque de Loulé, a absorver os antigos «setembristas».